

TIERRA ADENTRO: FRONTEIRA E CONTATO INTERÉTNICO NA PAMPA DE BUENOS AIRES (SÉCULO XVIII)

Maria Cristina Bohn Martins¹

Resumo

Por muito tempo o interesse dos historiadores pelas áreas de fronteira foi apenas residual, uma vez que se considerava que elas não seriam espaço de decisões econômicas e intrigas políticas relevantes. Nos últimos anos porém, as questões fronteiriças passaram a frequentar insistentemente nossas agendas de pesquisa. Particularmente importantes são as investigações que problematizam as relações interétnicas -incluídas aí contendas, negociações e processos identitários - tema de que nos ocupamos neste artigo. Para tanto, analisaremos um conjunto de missões erigidas na pampa argentina em meados do XVIII, buscando entender o quanto a fronteira austral e suas populações foram um desafio e um “ponto limite” para as práticas coloniais em franca expansão neste século.

Palavras-chave: fronteira – contato - missões - colonialismo

Abstract

The interest of historians for the frontier zones has been only partial for a long time, as they considered the themes such as technological advances ou so called relevant politic schemes would be in the centers and not in the borders. However, the issues of the frontier zones have insistently attended our research agendas in the last few years. The subject of this article is thefore the interethnical relationships – the struggles, the negotiations, formation of identities and the fluidity of these categories - developed on the borders, matters which we find of utmost relevance. In order to do so, we analyzed a set of “missions” built in the argentinian pampa during the 18th century seeking to understand how much of a limitation the southern boundary and its inhabitant people were to the colonial practices, which were in frank expansion on that century.

Keywords: frontiers – contact - missions - colonialism

[...] si el interés por el tema parece unánime, el uso que de la noción de frontera hacen los estudiosos dista mucho de serlo y a menudo se soslaya la distancia que separa (...) los significados que fueron recogiendo a lo largo del tiempo los documentos que constituyen la materia prima de

¹ Este trabalho foi desenvolvido como parte das reflexões geradas pelos projetos “Cruzar fronteiras, conectar mundos. A pampa bonaerense no século XVIII” [CNPq], e “Ao sul do sul: os jesuítas e as missões austrais” [FAPERGS]. Participaram da pesquisa os bolsistas de Iniciação Científica Marcelo A. da Silva (PIBIC- CNPq), Henrique Hilgert Cordeiro (PROBIC- FAPERGS) e Ruth F. Lorenz (UNIBIC – UNISINOS).

nuestro oficio de historiadores. La distinción es relevante porque los historiadores no inventaron un concepto nuevo para mayor describir y analizar un fenómeno particular, sino que se apropiaron de un término de rancia estirpe que, como suele suceder con el vocabulario histórico, les llegaba ‘cargado de connotaciones, cansado y deformado por un largo uso’ (Roulet, 2005).

As fronteiras, de limite a espaço de interação

Foi nos finais do século XIX que o conceito de fronteira passou a ser considerado como uma chave para a compreensão da história americana, segundo a proposição do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (1862-1931). Sua *frontier thesis* postulava a centralidade da expansão para o Oeste como elemento central para a formação da nacionalidade estadunidense. Entendia Turner que a fronteira, tendo sido o cenário da luta dos “pioneiros” contra uma natureza hostil, estimulava o desenvolvimento de uma série de atributos que acabaram constituindo a identidade dos norte-americanos: a valorização da liberdade, o individualismo, o pragmatismo e o empreendedorismo, por exemplo. Até mesmo a democracia seria tributária deste processo, uma vez que na fronteira importavam mais as qualidades pessoais dos indivíduos do que as tradições familiares do “leste civilizado”.

Além disto, segundo Turner, a existência das “terras livres” e o processo de sua apropriação, haviam permitido que a sociedade estadunidense ficasse a salvo dos graves problemas sociais que o desenvolvimento do industrialismo suscitara na Europa Ocidental. Finalmente, “la frontera turneriana cobraba la imagen de un constante renacimiento, una ‘fuente mágica de juventud’ en donde America bebía permanentemente y rejuvenecía” (RATTO, 2001, p. 106).

Como se pode perceber, a compreensão de história de Turner implicava, quanto aos seus coetâneos, em um duplo deslocamento do ângulo de observação: do campo político para o socioeconômico, e da dimensão do evento para a de “processo”. Além disto, o historiador propôs a utilização de um amplo conjunto de fontes pouco comuns na historiografia política anterior, envolvendo diários e relatos de viagem, mapas estatísticos e demográficos, entre outras (ÁVILA, 2006, p. 143). Ele é, por isto mesmo, considerado um dos “fundadores” da moderna historiografia americana.

A tese sobre a centralidade da fronteira na constituição da história dos EUA (“*The Significance of the Frontier in American History*”) foi apresentada pela primeira vez durante a reunião anual da Associação Americana de História (AHA) que transcorreu em Chicago em 1893². Embora a proposta do professor da Universidade de Madison, Wisconsin, tenha merecido uma recepção fria da assistência, ao final da década ela havia obtido grande repercussão no meio acadêmico norte-americano, sendo seu autor guindado a uma

² A “Exposição Universal” de 1893 em Chicago (“*World Columbian Exposition*”) era, também, comemorativa ao “Quinto Centenário do Descobrimento da América”.

posição de referência entre seus pares. Frederick J. Turner acabou por se transformar em membro influente da AHA e, além disto, sua tese “tornou-se um dos embasamentos das políticas externas dos presidentes Theodore Roosevelt (1901-1909) e Woodrow Wilson (1914-1921) com a sua legitimação pela busca de novas fronteiras e do messianismo democrático (...)” (AVILA, 2006, p. 10).

Apesar da tese de Turner ter se celebrizado por elaborar teoricamente a identidade americana (OLIVEIRA, 2000), ela não esteve imune a críticas, críticas estas que se tornaram mais amplas a partir de meados do século XX. Henry Nash Smith, por exemplo, questionou o “mito agrário” da “velha história do Oeste”, alertando que ele sugeria ter-se formado ali uma sociedade próspera e pacífica, obliterando seus conflitos e tensões. Depois, ao longo dos anos 60, um grupo de historiadores associados a *Western History Association* passou a afirmar que, enquanto para Turner a fronteira havia se “fechado” em 1890, este seria o final apenas da etapa dos pioneiros, abrindo-se, a partir dali, uma nova fase (agora de expansão tecnológica e de empreendimentos). Finalmente, na década de 70, novos investigadores da área chamaram a atenção para o fato de que Turner narrara uma história de sucessos, deixando nas sombras “el lado oscuro de la expansión: el violento proceso de ocupación que sustrajó al oeste de sus originales poseedores y la violencia con la cual éste fue asegurado contra los reclamos contínuos de las minorias” (RATTO, 2001, p. 106).

Desde o final os anos 80, os críticos ao modelo “turneriano” de compreensão da fronteira reuniram-se em tono da chamada *New Western History*, chamando a atenção, entre outras coisas, para o caráter nacionalistas [e, por vezes, racista] emprestado ao termo “fronteira”. Apontavam, ainda, para o fato de que o oeste é uma região, sendo que os processos nele em curso afetam outras regiões, e que seu tratamento deve implicar em análises sobre “conquista”, “invasão” e “exploração”. Além disto, os “novos historiadores” privilegiaram abordagens culturais, ambientais e, ainda, os conflitos de gênero, classe e etnia. Isto é, incorporaram uma agenda que não havia sensibilizado os estudos mais antigos, em boa medida idealizadores da sociedade gestada na fronteira³. Pode-se dizer que os temas que passaram a interessar aos “novos historiadores da fronteira”, são os mesmos que renovaram a historiografia em geral desde as duas últimas décadas dos século passado: o meio ambiente, as minorias, as mulheres e os indígenas, por exemplo.

É preciso sublinhar, finalmente, a atenção que as pesquisas têm concedido contemporaneamente ao caráter multicultural dos espaços fronteiriços, e às diferentes formas pelas quais os grupos e as culturas interagem nas fronteiras, envolvendo conflitos, mas também outras formas de interação, mesmo que em relações marcadas pela assimetria. Não restam dúvidas de que, para o caso da fronteira bonaerense que analisaremos a seguir, esta tem sido a tônica recente. Assim é que os trabalhos das últimas décadas passaram a destacar a necessidade de considerar o avanço da fronteira de ocupação *hispano-criolla* não apenas a partir da perspectiva desta última ou da própria monarquia espanhola, mas, também, dos grupos indígenas da região. Além disto, verificou-se que esta não foi tão

³ Uma análise bastante profícua desta discussão pode ser acompanhada no artigo de Silvia Ratto (2001) que aqui acompanhamos muito resumidamente.

somente uma “fronteira de guerra”, tendo-se engendrado nela outras formas de interação entre brancos e índios.

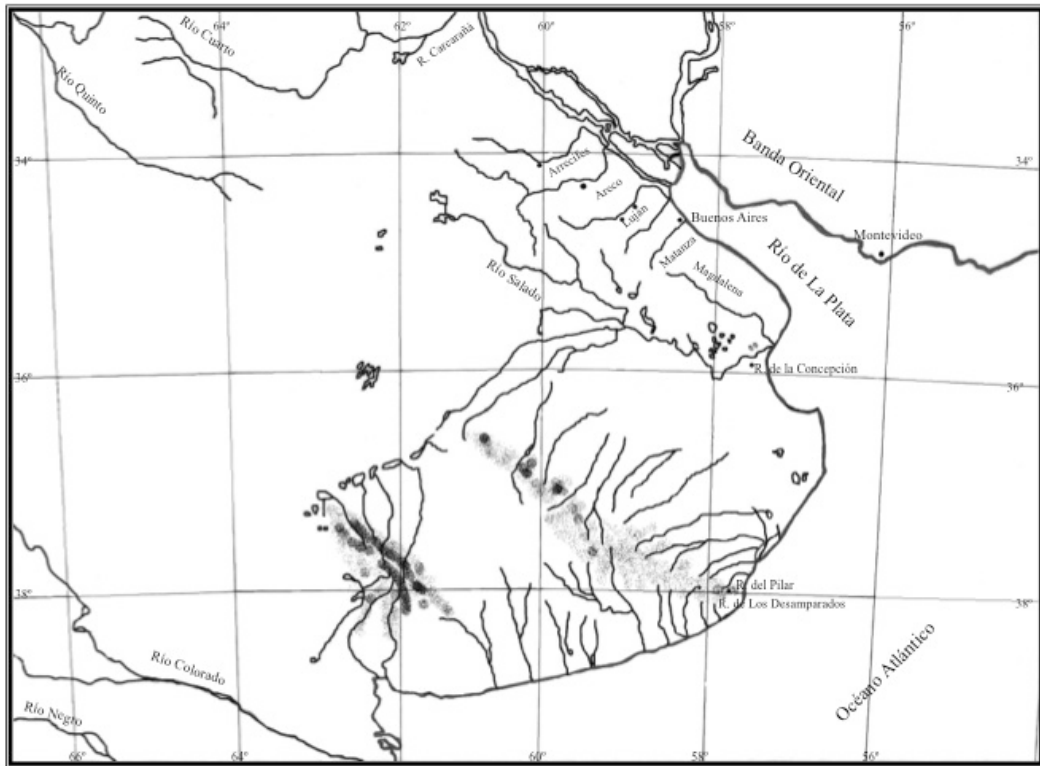
O século XVIII e a constituição da “fronteira” na pampa bonaerense

A historiografia tradicional argentina compreendeu a fronteira como uma linha que dividia a sociedades ocidental e a dos “selvagens”. A relação prevalecente neste espaço seria o conflito enfrentado pelos brancos para fazer avançar a civilização. Tratava-se, pois, de uma “fronteira de guerra” com os índios.

Segundo estudos recentes contudo (WEBER, 2007; FRADKIN & CARAVAGLIA, 2009), até o final o século XVII os contatos interétnicos na campanha de Buenos Aires foram esparsos, sendo que apenas nos inícios do Setecentos as relações entre brancos e índios se intensificaram. Dois fatores colaboraram decisivamente para que isto ocorresse. O primeiro deles foi a disputa pelos rebanhos de gado selvagem (gado *cimarrón*) que haviam crescido soltos na área. Depois de um período de intensa exploração por parte de índios e brancos, eles passaram, ao final do XVII, a escassear. O segundo fator decorre do primeiro, e consiste no avanço das estâncias de criação, justamente para fazer frente à diminuição dos rebanhos. Esta expansão ocorreu em territórios até então não controlados por Buenos Aires, e que a documentação da época chama de “*tierra adentro*”.

Esta era a denominação emprestada ao vasto território que se abria a partir do rio Salado (ver mapa 1), espaço percorrido por índios genericamente denominados como “pampas” e “serranos⁴, inclusive em busca do gado. Desde a introdução dos rebanhos no Rio da Prata, os animais tinham se tornado um elemento fundamental da vida destas populações. Além da carne, os nativos aproveitavam o couro, as crinas, ossos e tendões. Os cavalos além disto, eram importantíssimos para os deslocamentos e tinham ampliado as possibilidades de movimentação para as atividades de caça, assim como para a guerra.

⁴ Reconhecendo a dificuldade de estabelecer critérios aceitáveis para a denominação dos grupos étnicos (até mesmo porque, via de regra, os nomes utilizados provém de um olhar exterior), nos valeremos aqui das expressões que aparecem na documentação consultada.



Mapa n° 1: ubicación de las reducciones Jesuitas en el borde oriental de las Pampas hacia 1750.

Mapa 1- O Rio Salado e a Redução de *Nuestra Señora de la Concepción de los Pampas* (ARIAS, 2006, cap. 3)

Tanto os documentos civis quanto os eclesiásticos, assinalam um panorama em que as disputas pelo gado selvagem havia tornado as hostilidades frequentes⁵. As represálias contra os “malones”⁶ indígenas se faziam cada vez mais violentas, enquanto os nativos respondiam a elas com novos assaltos.

Nesta circunstância, a criação de missões jesuíticas que buscassem a “civilização dos bárbaros” foi vista pelas autoridades de Buenos Aires como um recurso para a pacifi-

⁵ Como elemento sugestivo para pensarem-se as relações estabelecidas entre indígenas e colonos na área, destacamos o acordo firmado em 1717 com os caciques indígenas Mayupilquian e Yati, para que eles assegurassem a “defensa y custodia” dos rebanhos selvagens a que os portenhos acreditavam ter direitos exclusivos. Os chefes nativos ficariam encarregados de evitar que povoadores de Córdoba, Mendoza e San Luiz especialmente, fizessem “recogidas” de gado para povoar suas próprias estâncias. Temos aí uma situação de “diplomacia interétnica” que é estudada por CAMPETELLA (2007).

⁶ Assim eram designadas as incursões violentas, inesperadas e geralmente evitando o conflito aberto, feitas pelos índios aos assentamentos e propriedades dos hispano-crioulos. Embora o imaginário da sociedade branca tenha associado tais iniciativas ao saque para obter gado e cativas, elas podiam ter vários propósitos. Podiam assim ser empresas de caráter econômico a fim de obter bens de consumo que os índios demandavam, como, também, empreendimentos para consolidar a posição dos chefes e dos guerreiros, ou mesmo instituir novas chefias.

cação do território. Este era um expediente amplamente testado em outras regiões de fronteira, e que buscava levar aos índios os códigos da “*vida en policia*”. Esperava-se, assim, que a “conquista espiritual” fosse a base para a sua ocidentalização. O anseio das populações locais estava, neste particular, em sintonia com o das políticas metropolitanas dos Setecentos, que viam os territórios fronteiriços como um desafio para os dispositivos de controle que se pretendiam lançar sobre os territórios ultramarinos. A fronteira e os territórios de “índios independentes” passaram, a estar no centro dos interesses da “nova política” colonial trazida pelos Bourbon.

Conquista, fronteira e historiografia

Embora já fartamente revistas pela historiografia, certas concepções generalizantes sobre o processo de conquista e colonização espanhola das Américas permanecem vigentes como narrativas consagradas, inclusive na literatura especializada. Estas narrativas estabelecem, por exemplo, um *continuum* entre estes dois elementos (a conquista e a colonização), como se eles correspondessem a etapas subsequentes de um processo. Isto é, a conquista aparece como elemento prévio e preparador da colonização, e esta última como o resultado lógico da primeira. Erigem-se assim, alguns marcos estabelecidos a partir de realizações simbólicas dos espanhóis (como vitórias em batalhas ou a fundação de cidades), os quais passam a assinalar a transição do “Pré-colombiano” para o “Período colonial”, numa teleologia em que os acontecimentos transcorrem rumo ao clímax inevitável da vitória da superior civilização europeia sobre o primitivismo e a barbárie indígena.

Esta narrativa aparentemente ordenada e coerente começou a ser gestada pelos coevos. Desta maneira, em um dos polos ela sustentava benesses aos “conquistadores” de acordo com o sistema hispânico de patronato-contrato-recompensa e, em outro, construía uma “justificativa imperial”, apresentando a Conquista como um desígnio da Providência e os espanhóis como seus promotores (RESTALL, 2006, p. 128-129). Embora esta linhagem narrativa tenha se tornado absolutamente familiar e até mesmo confortável no contexto de uma dada concepção de história, não é preciso um grande esforço de observação para perceber seus equívocos. É possível, por exemplo, perceber a incompletude daquilo que se costuma apresentar como “a conquista espanhola da América”. Além da ubiquidade das formas cotidianas de resistência, o continuado esforço dos “espanhóis” para submeter determinadas regiões que claramente desafiavam a noção de uma “pax colonial” são uma evidência disto. Para o caso da reflexão aqui conduzida, é a estas áreas que estamos nos referido ao falarmos em fronteiras; áreas que, como observou David Weber (2007), eram, em meados do século XVIII, território de “selvagens” ou “índios independentes”⁷.

Da Flórida ao Prata, os exemplos de fronteiras que dificultavam a imposição do paradigma ocidental cristão sobre suas populações são variados e implicam em considerações específicas. Dado que uma abordagem de tal amplitude foge de nossas possibilidades de análise, estaremos aqui tratando de um destas áreas, a pampa bonaerense, e de uma conjuntura particular. Analisaremos assim, a tentativa dos padres da Companhia de Jesus

⁷ Claro está que tal posicionamento implica percebê-las desde o ponto de vista de quem avançava sobre os territórios indígenas, uma vez que, para os nativos, eles eram centro e não a periferia.

de contribuir para a pacificação da fronteira em questão, bem como as respostas dos grupos indígenas envolvidos nesta abordagem.

Índios e jesuítas nas fronteiras do império colonial espanhol

A atuação dos padres da Companhia de Jesus em algumas das mais importantes fronteiras do Império Colonial Espanhol nas Américas é um dado fartamente conhecido pela historiografia. No mais das vezes, a evangelização das sociedades indígenas por meio dos inicianos foi vista como instrumento de pacificação de áreas em que a presença institucional da metrópole era escassa e encontrava dificuldades de se estabelecer. Foi assim nas missões do Chile e no Chaco, na Amazônia peruana e em Sonora, ou na Baixa Califórnia, por exemplo.

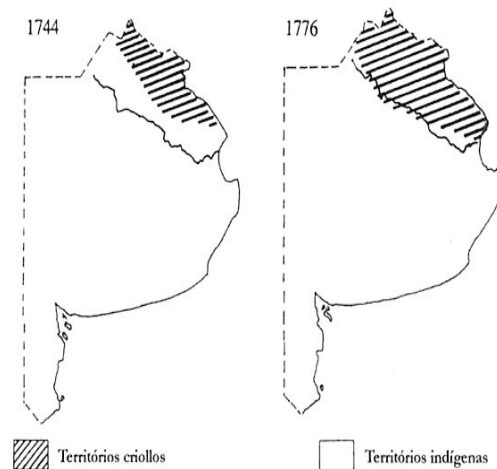
Os resultados destas missões variaram de acordo com uma série de fatores. Envolviam, por exemplo, questões relativas ao maior ou menor atrativo econômico para a economia colonial apresentado pela região em pauta. A partir desta condição se demarcava, também, a qualidade e densidade dos contatos dos nativos com os ocidentais, o que vinha a ser um dado importante para a definição das formas pelas quais os eles percebiam e recebiam (ou não) os missionários em suas terras. A época em que se estabelecem as entradas dos padres nos territórios considerados é outro elemento a ser destacado, e é claro que ele não deixa de estar em consonância com o primeiro fator aludido. Algumas regiões como aquela que interessa a esta reflexão, a campanha de Buenos Aires, permaneceram pouco valorizadas até o século XVIII e, por isto, as disputas com os indígenas da área foram menos intensas. Finalmente, não menos decisiva é a singularidade das sociedades que os padres tentam interpelar. Isto é, não só a geografia, mas também a práxis com que esta geografia era abordada por diversos grupos indígenas, impunham limites aos projetos coloniais, dentre os quais estão as missões dos jesuítas (DEL VALLE, 2009).

Portanto, ainda que os recursos de um dado território fossem basilares para estimular o avanço das linhas de colonização, da mesma forma eram importantes as maneiras pelas quais o espaço era apropriado por seus habitantes tradicionais. Se eles “hubieron estado deshabitados, pese a su difícil acceso y su falta de recursos, su colonización habría resultado más sencilla de lo que en realidad ocurrió” (DEL VALLE, 2009, p. 12)..

Quando, na década de 60, os historiadores passaram a se interessar pelo tema “de la expansión de la frontera pampeana y el mundo rural bonaerense (...) hicieron hincapie en la expansión sobre un territorio vacío, un desierto que debía ser ocupado” (ORTELI, 2001, p. 98). Entretanto, sabemos que este era um espaço ocupado por vários grupos que, em maior ou menor grau tinham, inclusive, estabelecido formas de contato com os ocidentais. Desde meados dos anos 40 tais relações, mais esporádicas e menos conflituosas em épocas anteriores, tinham se deteriorado fortemente. De acordo com Roulet (2006), é nesta época que a fronteira vai assumindo o significado de “fronteira de guerra” que mais costumeiramente lhe é atribuído.

Com a rarefação do gado selvagem, as incursões indígenas contra as propriedades dos “vecinos” de Buenos Aires, avolumaram-se até que os ataques periódicos se transformam em um problema constante para os proprietários de estâncias de criação e para a

“franja” de “pioneiros” que procurava se assentar nesta área (ver mapa 2). Os anos a partir de 1735, com destaque para o período entre 1737 e 1750, foram de elevada tensão. Segundo Roulet, em um contexto de medo recíproco “y de resentimientos propios de un estado de guerra latente, la idea de frontera -que ya estaba presente en los ánimos y en el vocabulario de todos- se impuso en las decisiones políticas y empezó a colarse en los documentos” (ROULET, 2006, p.03).



Mapa 2 - Avanço da fronteira em direção ao Rio Salado (PASSETI, 2012, p. 53)

Efetivamente, ainda que tivessem ocorrido, desde princípios do século, alguns enfrentamentos entre brancos e índios nesta região, existe um certo “consenso historiográfico”⁸ de que as mútuas hostilidades se iniciam de fato, na precisa data de 1737. Foi então que, depois de incursões de índios “serranos” para obter gado das estâncias da região de Arrecifes, uma expedição punitiva praticamente dizimou um grupo de índios pampas. O cacique Calelián cuja família foi morta pela ação do “Mestre de Campo” Juan de San Martín, não tivera participação no assalto que se queria punir, e seus aliados buscaram vingança atacando o povoado de Luján.

É num panorama de hostilidades crescentes pois, que a experiência jesuítica com a “missão por redução” se apresenta como resposta para os problemas desta fronteira. Isto é, os padres seriam o veículo da “conquista espiritual”, da atração dos nativos para a fé e da salvação das almas dos selvagens, mas seriam também uma frente avançada dos dispositivos coloniais ali onde eles tinham dificuldade de se instituir.

Não devemos supor que não houvesse a presença do ocidente e da colônia nestas áreas. A busca por gado que era feita pelos indígenas, por exemplo, evidencia o equívoco

⁸ Este “consenso” se estabelece especialmente com base naquilo que informa a literatura dos padres jesuítas. Ao repertoriarem os eventos que conduziram ao início das missões austrais, as fontes da Companhia de Jesus trazem ricas informações sobre os processos em curso.

desta ideia. Além dele, não só através de artigos diversos (armas, aguardente, instrumentos de metal, e outros), como de sujeitos diversos (pequenos comerciantes ou “pulperos”, renegados e escravos) esta presença era constantemente reafirmada. Ocorre porém, que os grupos nativos manifestavam ainda forte capacidade de influência sobre o tamanho e a qualidade desta presença. Ao lado dos primeiros fortins⁹, e como uma “ponta de lança” das instituições coloniais, a missão buscava ser algo além disto.

Tierra adentro: as missões de pampas e serranos

Foi no ano de 1739 que chefias “pampas”, se apresentaram às autoridades em Buenos Aires solicitando reestabelecer antigos acordos de paz, bem como proteção contra inimigos de outras parcialidades nativas. O governador condicionou a aceitação da proposta e o fim das hostilidades com o grupo, ao consentimento de que padres jesuítas fossem enviados à “tierra adentro”. O Padre Pedro Lozano registrou em uma carta ânua estes eventos:

La nación de los pampas (...) fue dueña de todo el distrito de Buenos Aires extendiéndose su dominio muy lejos hacia el sur y occidente. Era ella muy numerosa y muy valerosa, por lo cual en los principios resistió tan ferozmente a la dominación española, retardándola mucho. Pero echando Ella cada vez raíces más profundas obligó a los Pampas a desistir de su resistencia y hacer las paces ... Consultarónse entre si sus caciques, y halaron ser el arbitrio más acertado en esta circunstancias, entregarse por completo al español, el cual aunque ofendido, estaria inclinado a perdonar, y los defenderia [...] contra sus demás enemigos. Así es que se encaminaron a la ciudad rogando primero al gobernador de la provincia, D. Miguel Salcedo y despues al comandante [...], que ratificasen con ellos la antigua paz y amistad [...] Los pampas aceptaron [...] condiciones de paz, comprometiéndose a venir formar pueblo, donde se hiciesen cristianos (LOZANO, [1735-1743], 1928, p. 589-590).

As situações envolvidas no início da missão são relatadas por mais de um jesuíta, e elas deixam entrever que se tratava de uma medida pela qual os pampas buscavam escapar à violência a que estavam submetidos desde os eventos de 1737¹⁰. Segundo Jose Cardiel S. J., o chefe das milícias de Buenos Aires ameaçou de morte àqueles que não se colocassem sob a tutela dos padres da Companhia (AGN, Legajo 289, ms 4390).

Teve assim início a Missão de *Nuestra Señora de la Concepción de los Pampas*, instalada, segundo o depoimento de outro padre, “en una llanura seguida sin un solo árbol, ni una sola loma hasta llegar a las orillas de este rio [o Saladillo], que se halla como a veintitrés léguas de las poblaciones españolas”. Dizia ainda o religioso que o sítio em que se construiria o povoado, era uma terra “despoblada y sin cultivo”, mas repleta de “gana-

⁹ O primeiro deles foi o fortim de “Arrecifes, instalado entre 1738 e 1739.

¹⁰ A carta do jesuíta atesta a grande conflitividade observada na área, envolvendo não apenas os choques entre brancos e índios, como ainda, entre diferentes grupos nativos: “sus demás enemigos”.

do vacuno, caballadas alzadas, venados, avestruces, perdices, patos silvestres y otra caza” (FALKNER, [1774] 1974, p. 81-82).

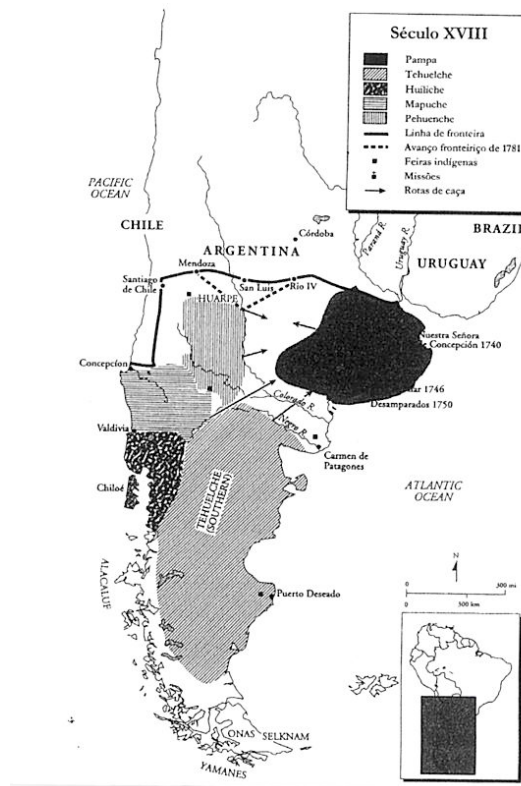
Logo depois desta primeira redução seriam erigidas *Nuestra Señora del Pilar e Nuestra Señora de los Desamparados*¹¹ (1746 e 1750 respectivamente. Ver mapa 3), em áreas que permaneciam fortemente caracterizadas pelos “modos indígenas”, e em que “los confines culturales y geográficos no estaban definidos con claridad” (WEBER, 2007, 411). Entretanto, se compreendermos que, do ponto de vista das autoridades envolvidas, buscava-se justamente demarcar melhor a presença do aparato colonial nestes espaços, teremos que concluir que as missões austrais não alcançaram os resultados desejados.

Ao contrário do que era pretendido, a fundação dos três povoados no espaço de aproximadamente 10 anos (1740- 1750) não significou a “pacificação” da zona, nem a “civilização dos bárbaros”. Durante o pouco tempo em que existiram, eles foram assentamentos marcados pela instabilidade e a sua própria constituição física assinala a fragilidade da posição que ocupavam.

O padre Matias Strobel, em carta redigida em “*Concepción*” em 3 de outubro de 1740, conta que a missão estava rodeada “por una fosa de 2 varas de ancho y profundidad”. Além disto, abrigava alguns milicianos e armas defensivas “consistiendo ello en lanzas y dos cañoncitos” (apud: MONCAUT, 1981, p. 48)¹², para garantir sua defesa contra as parcialidades que se ressentiam do estabelecimento dos jesuítas na área.

¹¹ *Madre de los Pampas, Nuestra Señora de los Pampas, Pilar del Volcón, Madre de los Desamparados*, são outros nomes pelos quais estes *pueblos de indios* aparecem na documentação.

¹² Segundo Moncaut, esta é a primeira carta sobre a missão dos pampas. O documento, escrito em alemão por um de seus fundadores, o padre Strobel, se encontra na “sessão dos jesuítas” no Arquivo Nacional de Baviera.



Fronteiras do Sul: *Tierra adentro* e “Missões Austrais” (PASSETI, 2012, p. 50)

Embora as notícias sobre o povoado fossem inicialmente otimistas¹³, muito cedo se estabelecem dúvidas sobre a sua viabilidade e se avolumam os lamentos dos padres a respeito de seus catecúmenos. As dificuldades assinaladas pelos jesuítas em estabilizar o assentamento e fazê-lo prosperar, giravam especialmente em torno de três questões: o vício da embriaguez dos índios, sua inconstância e pouca disposição para o trabalho. Todos eles, de alguma forma, implicam num juízo de valor quanto às qualidades “morais” que os padres imputavam aos índios¹⁴. Ao lado de atribuições que dizem respeito à preguiça e ao gosto pelas bebidas, são muito insistentes as queixas quanto ao seu caráter interesseiro e dissimulado.

¹³ “Al ver la comodidad de este lugar, se aficionaron de el los nuevos colonos, y por lo tanto, levantaron alegres su pueblecito [...]. Las familias de ellos se componían de más de trecientas almas. Había esperanza de que se aumentaría de un día al otro su numero, juntándose con ellos otros pampas, que vagaban por los montes; hasta otros infieles más, tan pronto que supiesen de la reducción, y hubieron visto, cuán cómodamente se vivía en ella. [...] Dispuesto todo esto [...] comenzaron los Padres con su principal tarea [...] juntábanlos en la mañana y en la tarde, y les explicaban la doctrina Cristiana [...]. A sus párvolos bautizaron ellos todos: los adultos por desear ellos también recibir este sacramento, se aplicaban con estusiasmo a aprender la doctrina Cristiana, instigando a lo mismo también a sus hijos” (LOZANO, [1735-1743], 1928, p. 598-599).

¹⁴ Ainda que as queixas dos religiosos quanto a isto estejam presentes em diversas de suas experiências missionárias, não há dúvida que o século XVIII traz novas inflexões sobre a matéria. Isto é, na época em que se definem os campos do que viriam a ser a ciência e o progresso a ela associado, adjetivos como “ignorantes”, “primitivos” e “inferiores”, passam a se constituir em um repertório comum no trato com os nativos. A eles se associam, entre os missionários, outros tais como, “interesseiros” e “ingratos”.

É claro que curto tempo de duração destes “pueblos” deve ser compreendido a partir de elementos que vão além das ponderações etnocêntricas dos religiosos. De um lado podemos sugerir que as missões do sul não tiveram para as autoridades a importância que foi dada àquelas instituídas na fronteira do Chaco, área em que o complexo missão-fortim-estância recebeu apoio institucional mais forte (FRADKIN & GARAVAGLIA, 2009, p. 120). De fato, ainda que a política de fronteiras fosse uma preocupação importante, parece que não havia consenso entre as autoridades da capital e os membros do cabildo, sobre como enfrentar os custos envolvidos.

Há que se lembrar sobre isto inclusive, que a proximidade dos “pueblos de índios”, em relação à cidade (especialmente no caso *Concepción de los Pampas*) era motivo de queixa e inconformidade por parte dos seus moradores. Lembramos ainda, que o início das “missões austrais” se estabelece em uma conjuntura de acentuada desconfiança em relação a Ordem, com o conhecido desenlace que foi a expulsão da Companhia dos territórios hispano-americanos pouco mais de duas décadas depois (1767).

Estes fatores, embora ajudem a compreender a curta e precária existência dos povoados, (1740- 1752), deixam de lado algumas questões que são importantes. O que propomos pois, é que se considere, também, a intervenção indígena sobre esta realidade; isto é, a forma pela qual eles manejaram a sua estada nas missões, a qual não implicou em renunciar ao seu modo de vida, tal como desejavam os missionários.

Podemos sugerir sobre isto, que a aceitação dos indígenas de que os padres estabelecessem missões em suas terras [ou o seu pedido de que o fizessem, segundo documentaram os jesuítas], não significava um comprometimento incondicional para com elas. Chamam a atenção neste particular os repetidos lamentos dos religiosos de que os índios não se dispunham a colaborar com os esforços necessários para manter a redução em funcionamento, seja com os afazeres agrícolas, seja com as tarefas de construção e reparo das instalações. Mais ainda, além de relutarem na produção dos alimentos, condicionavam sua estada nas missões à oferta de gêneros e presentes (“regalos”). No mais das vezes, à escassez de víveres, os índios respondiam retirando seus “toldos” dos povoados. Da mesma forma, a chegada de novas remessas de sortimentos, era um atrativo poderoso para fazê-los retornar. Isto é: a missão parecia mais ser entendida como um dos seus acampamentos estacionais, em que os grupos permaneciam enquanto havia provisões.

Em “*Nuestra Señora del Pilar*”, segundo Sanchez-Labrador,

Dos caciques hermanos, llamado el uno Marique, y el otro Chuyantuya, con 24 toldos de sus vasallos se agregaron á los Misioneros. Permanecieron en este lugar todo el tiempo que duro la Yerba del Paraguay, el tabaco y otros generos que ellos apetezen, y compran á trueque de plumeros de plumas de abestruces, ponchos, pieles de lobos marino y riendas de caballos. Falto la provision á los Misioneros á mediado de Febrero de 1748 y todos los Indios levantaron sus toldos, dejando solos á los Padres [...] ([1772], 1910, p. 101).

Entretanto, como já afirmamos, se abandonar o povoado era a maneira de responder à falta de “dons”, as famílias não viam problemas em regressar quando os mantimentos voltavam a estar disponíveis: “Por el mes de abril recibieron los Misioneros otra provision, y bolvio otra vez el Cacique Chuyantuya con solos nueve toldos. Duro la estabilidad 4 meses, hasta que vio que ya no tenian que dar a los Misioneros” (SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1910, p. 101). Quando o Padre Matias Strobel chegou ao povoado trazendo gêneros diversos em novembro de 1747, retornaram os dois caciques com seu 18 toldos. Ainda no mês de dezembro, tendo a notícia se espalhado, outras 37 famílias de índios “patagões” se agregaram à missão. Esta conjuntura entretanto, também não foi duradoura, de forma que ao longo do ano seguinte os grupos foram novamente se dispersando e, em janeiro de 1749, apenas 7 toldos permaneciam com os padres.

As deserções podiam ser individuais ou coletivas e havia mais de uma explicação para elas. Quando um dos cinco caciques que haviam participado do compromisso de fundação da missão dos pampas - Don Felipe Yahatí¹⁵ -, abandonou-a junto com seus “vassallos”, explicou-se o fato pelo seu temor de que no povoado ele estaria a mercê de um ataque dos espanhóis¹⁶. A mais comum todavia, era aquela que Sanchez Labrador encontrou para se reportar ao ocorrido em 1742 em *Concepción*. Na oportunidade em que 20 famílias deixam o povoado ele reclama do “caráter andarilho” dos índios, aos quais aborrecia “verse detenidos en un lugar” (SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1910, p. 87).

Ao lado do “nomadismo”, a atitude “interesseira” dos índios era objeto de crítica dos padres. O mesmo José Sanchez Labrador relata que os pampas não queriam cooperar nem naquelas obra “que eran comunes y utiles para toda Reducción sino se les daba muy buena paga” (SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1910, p. 87). Quando se teve que trasladar *Concepción* tendo em vista a inadequação do seu estabelecimento inicial:

... no pusieron manos los indios, sino tal cual bien pagado. En el nuevo sitio no se acabaron los trabajos de los misioneros, antes bien experimentaron otros mayores. Las embriagueces de los Pampas eron continuas, y con ellas las peleas y muertes. Por más médios que se aplicaron, nunca se pudieron atajar tales desordenes. La fuente de estos era el aguardiente. Los mismos indios cebados de este licor, decían cuando los reprendían los misioneros que no eran esclavos de los Padres y sonsacados por malos españoles, se iban a Buenos Aires a comprar su perdición en el aguardiente (SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1910, p. 88).

¹⁵ Yahatí era, segundo Lozano, cacique dos “pampas serranos”. Ao lado dele participaram da fundação de *Imaculada Concepción* quatro caciques “pampas carayhet”: Don Lorenzo Manchado, Don José Acazuzo, Don Lorenzo Massiel, e Don Pedro Milán. Ver: LOZANO, [1735-1743], 1928, p. 598.

¹⁶ “Sucedió por entonces, que dos pampas fueron tratados pésimamente por los vecinos de Buenos Aires, contando ellos, al volver a la reducción, los maltratamientos, sufridos por los españoles. Al oír esto el cacique catecúmeno Don Felipe Yahatí, se trastornó de tal manera, que ya no se tenía por seguro, en caso de que no volviera con sus vasallos a sus serranos; y lo puso a la obra, sin que los nuestros le hubieron podido quitar a la cabeza este arbitrio disparado. Al marcharse, se comprometió, hacer lo posible, para que los pampas serranos no hostilizasen la reducción. Era una maravilla que los demás, en su pánico, no siguiesen su ejemplo, para escaparse también” (LOZANO, [1735-1743], 1928, p. 602-603)

Assim como nas lides agrícolas, pampas e serranos também se mostravam reticentes em colaborar na construção das casas que deveriam substituir seus toldos de couro, “no ayudando los indios sino tal cual a levantarlas. A los últimos años, cuando se les caía el techo de la casa, le componían pero pagándoles el misionero el trabajo, y manteniéndoles de yerba del Paraguay y tabaco; de otro modo ni trabajaban para si mismos ni para bien de su pueblo” (SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1910, p. 91).

Além disto, os índios reduzidos não abriam mão de manter seus contatos com os comerciantes que os abasteciam de bebidas, situação que exasperava os missionários para quem a embriaguez era um dos principais obstáculos ao seu projeto de “catequese e civilização”¹⁷. Ao que deixam perceber os registros, não era incomum a presença de comerciantes nos “pueblos”, introduzindo bebidas alcoólicas sem que os padres pudessem impedir que isto ocorresse.

Matias Strobel, em carta de carta de 1748, escrita desde Pilar, lamenta: “Es esta la 6a vez desde que estou aqui, que han llegado estos borrachos y pulperos Pampas acá con aguardiente. He oido también de diferentes, que todo el tiempo que ha durado el trato de ponchos, Juancho Patrício trajo e hizo traer a escondidas el aguardiente de la ciudad” (Apud: SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1910, p. 243). Por sua vez, José Sanchez-Labrador relatou que tanto “pulperos” como “taberneros” faziam a bebida chegar aos “pueblos”, como os índios iam buscá-la na cidade (SANCHEZ-LABRADOR, [1772] 1910, p. 39).

Embora atualmente se coloque em xeque a noção de que nas missões que os jesuítas constituíram com os guaranis (os Trinta Povos das Missões) houvesse um insulamento dos índios quanto a sociedade colonial, não há como não perceber que, nas missões austrais, as relações com os povoadores de Buenos Aires eram muito mais constantes. E especialmente que nelas os padres tinham menos condições de mediar estes contatos.

Isto é, a historiografia vem demonstrando claramente que nas missões de guaranis, ainda que os jesuítas buscassem afastar os índios de contatos que eles entendiam ser fonte de “maus exemplos”, os índios e suas missões de fato nunca estiveram isolados da sociedade do entorno. Não apenas os povoados eram alvo de visitas de autoridades, como os índios saíam deles para participar de várias formas de trabalho para os quais eram chamados pelos governadores de Buenos Aires e do Paraguai, bem como se dirigiam ao trabalho nos ervais e nos espaços de criação de gado de cada missão. Contudo, estas formas de relação com o mundo exterior às reduções eram, em muitos casos, intermediadas pelos sacerdotes. De outro lado, ainda que tenhamos que ler com cautela os relatos sobre a ordem e estabilidade destes assentamentos, nas missões austrais a regra parece ser a dificuldade dos jesuítas em minimamente controlar o cotidiano dos índios.

Finalmente, também naquele campo que era o mais sensível aos missionários - o da catequese propriamente dita -, encontramos evidências do pouco comprometimento

¹⁷ O tema das beberagens indígena que foi objeto de preocupação no processo de evangelização em geral, é referido por Strobel na já citada carta de 1740. Passados poucos meses da fundação da redução dos pampas, ele anotou: “se desarraigó felizmente la embriaguez, tan común entre ellos. El gobernador prohibió severamente la venta de aguardiente y se introdujo con éxito el mate de Paraguay” Apud: MONCAUT, op. cit., p. 48. Também o Padre Lozano, na ánuia que cobria os anos de 1735-1743, referiu-se ao fato de que as bebedeiras haviam sido eliminadas, atribuindo algo que era até então “tenido por irrealizable” ao benefício da Virgem Maria às rogativas dos religiosos (LOZANO, [1735-1743], 1928, p. 598-599). Esta convicção contudo, logo vai se desfazer, e as notícias subsequentes evidenciam o equivoco dos sacerdotes.

dos índios quanto ao que esperavam deles os sacerdotes. Sua desídia para com as funções sagradas era matéria dos mais fortes lamentos: embora estivessem assentados nas missões, eles rejeitavam o batismo e a catequese e se recusavam a participar dos ofícios religiosos. Chegavam mesmo a debochar dos padres, “dando oídos a las patranãs de sus Echiceros y Viejas” e afirmando que “los Padres les enseñaban fabulas y sueños de los españoles” SANCHEZ-LABRADOR, [1722] 1910, p. 110).

Certamente que o pouco tempo de duração das missões deve ser considerado nesta ponderação. Mas, ao lado disto, percebe-se que a presença dos padres e seus “pueblos” eram aceitas pelos índios de forma interessada e segundo os benefícios que poderiam daí decorrer. Ela não implicava aceitar as normas da vida em “policia” civil e cristã que os jesuítas pretendiam instituir. Desta maneira, criadas para serem instrumentos dos poderes coloniais nas fronteiras, no curto tempo em que existiram, as missões austrais parecem ter servido mais aos desígnios dos índios do que aos da sociedade de Buenos Aires. Por isto mesmo, depois dos ataques que destruíram “Madre de los Desamparados” e “Pilar” em 1751, o povoado de “Concepción” acabou desamparado pelas autoridades de Buenos Aires que determinaram a sua evacuação e o final da “missão austral”.

A modo de conclusão:

Como parte da política borbônica no sentido de assegurar a expansão e defesa de seus domínios, as áreas de fronteira dos territórios americanos receberam uma forte atenção oficial durante a segunda metade do século XVIII. Entretanto, apesar disto, nos finais dos Setecentos numerosos povos indígenas mantinham ainda seus territórios fora da jurisdição das autoridades coloniais. Naquele que viria a ser, a partir de 1776, o Vice-Reinado do Prata, por exemplo, esta realidade se configurava tanto na pampa bonaerense de que aqui nos ocupamos, quanto nas planícies do Chaco. Algumas cidades como Córdoba e Santa Fé, eram constrangidas por uma dupla fronteira, estabelecida com os povos chaquenos e pampeanos.

Não resta dúvida de que nas zonas fronteiriças não havia lugar apenas para a confrontação. Ela de fato existiu e imprimiu marcas peculiares na vida das populações locais, especialmente sobre os camponeses pobres, alvos mais constantes das hostilidades indígenas e sobre quem se depositava a carga das ações defensivas. Entretanto, a historiografia atual tem demonstrado de maneira muito clara que a história das relações fronteiriças será melhor compreendida se levarmos em consideração os variados modos de entrelaçamento observáveis entre as sociedades indígenas e “branca”.

Em algumas fronteiras, as linhas de fortificação que costumam ser uma marca característica dos espaços fronteiriços, se constituíram em eixo articulador de um variado repertório de trocas comerciais e culturais. Em certos aspectos, eles foram ambientes mestiços, nos quais se produziu uma mistura de práticas sociais e culturais que não encontravam similitude com os processos em curso nas áreas centrais do Império.

Por seu lado, também o mundo indígena foi sendo transformado na medida em que se davam estas interações. Isto é, embora muitos grupos mantivessem sua autonomia e territórios, os índios foram notavelmente influenciados pela cultura ocidental e pela pró-

pria situação de contato, que teve consequências diretas sobre suas práticas econômicas, sobre seu sistema simbólico, sobre seus padrões de deslocamento e mesmo de autoridade e chefia.

Apesar das interações que se observam em vários níveis contudo, como se pode observar na circunstância aqui estudada, a fronteira entre índios e cristãos permaneceu muito viva. Ao longo do século XVIII ela inclusive seguiu nomeando um lugar preciso e que se poderia representar em um mapa, isto é, a borda extrema dos campos onde pastava o gado das estâncias. Nos anos que se seguiram à derrocada dos estabelecimentos missionários de “pampas e serranos”, a solução militar vai se impor. Mas seria apenas na segunda metade da centúria seguinte para que a região de “tierra adentro” fosse efetivamente controlada por esta via.

Referências:

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, Buenos Aires, Argentina. *Documentos de la Biblioteca Nacional*, Legajo 289, MS. 4390.

ÁRIAS, Fabian. Misioneros jesuitas y sociedades indígenas en las pampas a mediados del siglo XVIII. La presencia misionera jesuita al sur de la gobernación de Buenos Aires, entre 1740-1753. Un análisis de las relaciones entre las sociedades indígenas y la sociedad colonial de una región del extremo sur del Imperio Borbónico. *Tesis*. Centro de Estudios de Historia Regional (CEHIR) – UNCO - Instituto de Estudios de Historia Social (IEHS) – UNCPBA, Neuquén, 2006, 720 pp.

CAMPETELA, Andrea. Asegurar la “defensa y custodia” de las campañas: vaquerías y diplomacia interétnica en las sierras pampeanas durante la primera mitad del siglo XVIII. *Trabajos y comunicaciones*. 2 Época. n. 32-33, pp. 87-113. Disponível em: www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art.../pr.3335.pdf Acessado em dezembro de 2013.

DEL VALLE, Ivonne. *Escribiendo desde los márgenes*. Colonialismo y jesuitas en el siglo XVIII. México: Siglo XXI, 2009.

FALKNER, Tomas SJ. [1774] *Descripción de la Patagonia y de las partes contiguas de America del Sur*. Buenos Aires: Hachette, 1974.

FRADKIN, Raúl & GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial*. El Rio de la Plata entre los siglos XVI y XIX. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

LIMA, Arthur Ávila. História e destino: A Frontier Thesis de Frederick Jackson Turner. *Rev. Cena Int.* 7 (1): 151-169 [2005]. Disponível em: <http://132.248.9.34/hevila/CENAIN->

ternacional/2005/vol7/no1/7.pdf Acessada em: 05/04/2014.

LIMA, Arthur Ávila. E da fronteira veio um pioneiro. *A frontier thesis* de Frederick Jackson Turner (1861-1932). *Dissertação de Mestrado*. IFCH. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre: 2000, 175 p.

LOZANO, Pedro de. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguai. Año 1735-1743. Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Filme 4683. *Tradução digitada*, São Leopoldo, Instituto, p. 58 Anchieta de Pesquisas/ UNISINOS, 1994.

MANDRINI, Raul. Indios y fronteras en el área pampeana (siglos XVI-XIX). Balance y perspectivas. *Anuario IEHS*, Tandil, UNCPBA, 1992.

_____. La historiografía argentina, los pueblos originarios y la incomodidad de los historiadores. *Quinto Sol*, nº 11, 2007, pp. 19-38.p. 22.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. Jesuítas e índios nas missões austrais: uma experiência na pampa argentina (século XVIII). *História UNESP*. v. 3, 2014, pp. 233-249.

_____. Índios pampas nas missões austrais: lógicas e estratégias nativas em missões jesuíticas. *Revista Ultramares*, v. 1, 2014, p. 99-117.

MONCAUT, Carlos A. *Historia de un pueblo desaparecido a orillas del río Salado bonaerense*. Reducción Jesuítica de Nuestra Señora de la Concepción de los Pampas, 1740-1753. Buenos Aires: Depto. Impresiones del Min. de Economía de la Prov. de Bs. As., 1981.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *Americanos*. Representações de identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos. Minas Gerais: Ed. da UFMG, 2000.

ORTELLI, Sara. Historia e historiografía de indígenas y fronteras. El caso de las sociedades de Pampa y Patagonia (Argentina). *Iztapalapa* 51, julio-diciembre de 2001, pp. 91-104.

PASSETI, Gabriel. Indígenas e criollos. Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.

RESTALL, Mathew. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ROULET, Florencia. Fronteras de papel. El periplo semántico de una palabra en la documentación relativa a la frontera sur rioplatense de los siglos XVIII y XIX. *Revista TEFROS*, vol. 4, nº 2, 2006, pp. 1 – 26.

RATTO, Silvia. El debate sobre la frontera a partir de Turner. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana 'Dr Emilio Ravignani'*. Tercera Serie, n. 24, 2001, pp. 105-141.

SANCHEZ LABRADOR, Jose. *Paraguay Cathólico*. Los indios pampa-puelches-patagones Buenos Aires: Imprenta de Coxi Hermanos, 1910.

WEBER, David. *Bárbaros. Los españoles y sus salvajes en la era de Ilustración*. Barcelona: Crítica, 2007.